

Tancredo acha o pacote injustiça ao trabalhador

Belo Horizonte — “O que está-se fazendo no Brasil são medidas de contenção, jogando todo o ônus sobre a classe trabalhadora. E isto é uma injustiça”, declarou o Governador de Minas, Tancredo Neves, em entrevista ontem no Palácio dos Despachos. Para ele, o pacote econômico veio muito abrangendo: “E eu não acredito em medidas parciais de combate à inflação brasileira.”

Tancredo Neves assinalou que falta ao Governo federal o respaldo de um pacto social. Em função desse pacto, poderiam ser adotadas, em clima de consenso, medidas drásticas para a economia brasileira está reclamando “para alcançar sua plenitude e saneamento”, declarou.

O Senador Itamar Franco (PMDB-MG) classificou ontem os ministros da área econômica de “mentirosos e mistificadores”, acrescentando que eles não têm qualquer credibilidade junto à sociedade brasileira. Segundo o Senador, o país caminha para o retrocesso político e corre o risco de não haver processo de sucessão presidencial. Afirmou que a situação é “gravíssima, o caos social é total”.

A íntegra do documento

A Nação vive a crise mais profunda da história do Brasil moderno. A situação econômica beira ao colapso: aí estão a insolvência externa, a recessão profunda e generalizada, a inflação descontrolada, as finanças públicas em estado caótico, as empresas nacionais próximas ao desastre financeiro, a agricultura desalentada e perto da desorganização, as taxas de juros estratosféricas, a especulação financeira desenfreada. O panorama social é dramático: milhões de brasileiros perderam seus empregos, milhões de jovens são impedidos de ingressar no mercado de trabalho, o subemprego se expande a olhos vistos; e tudo isto superposto a um quadro estrutural de iniquidades insuportáveis.

Nesta hora grave, o PMDB vem outra vez dizer basta. Advertimos para os desequilíbrios econômicos e sociais gerados pelo “Milagre Brasileiro”. Alertamos para as verdadeiras proporções da crise mundial e para o irrealismo dos “slogans” grandiloquentes e das obras faraônicas. Apontamos os riscos do endividamento externo descontrolado. Chamamos a atenção, com grande antecedência, para as causas que levariam à deterioração progressiva das finanças do setor público. Acusamos as altas taxas de juros de responsáveis pelo debilitamento da empresa nacional. Deblateramos a especulação financeira que transformou o País num grande cassino administrado pelo Estado. Combatemos a recessão e o desemprego, transformados em política administrativa, já sob pressão dos credores internacionais. E dissemos que a maxidesvalorização agravaria as dificuldades existentes.

O Governo, incapaz de responder às críticas, reagiu sempre ironicamente. E não foram poucos os de boa fé que viram em nossas colocações apenas o desejo antipatriótico de buscar a popularidade fácil. Infelizmente os fatos se encarregaram de demonstrar que o PMDB tinha razão. Agora reafirmamos a convicção de que esta sucessão de erros e de incompetência se deve antes de mais nada ao autoritarismo, que é moralmente condenável, socialmente iníquo e economicamente ineficiente. O divórcio entre a Nação e o Estado impede que as aspirações populares se transformem em políticas públicas, ao mesmo tempo em que erige a arrogância tecnocrática em medida de atuação governamental.

“Mas o PMDB não se restringiu à crítica. Ofereceu ao debate democrático, em documentos como “Esperança e Mudança”, alternativas para uma política de defesa da economia nacional.

“Nunca prometemos “milagres”, nem desconhecemos as dificuldades do presente. Apenas sempre acreditamos que o país tivesse outra alternativa que não esta, terrível, que o governo vem impondo à sociedade. Este não é o momento para nos alongarmos no exame das propostas amplamente debatidas. É indispensável que se diga, no entanto, que demonstramos a necessidade de um ajuste estrutural do aparelho produtivo, para responder aos desafios criados pela crise internacional e pelas transformações que o mundo atravessará nas décadas. Simultaneamente, reclamamos medidas capazes de corrigir de forma gradual, mas enérgica, a injustiça social. Que, perpetuada, terminará ameaçando a integridade nacional. E para alcançar esses objetivos propusemos políticas de largo alcance. Advogamos o encaminhamento de uma solução de longo prazo para o problema da dívida externa, de modo a não comprometer a execução de uma política de crescimento em bases seguras. Defendemos uma reforma financeira e fiscal que saneasse as finanças públicas, aliviasse substancialmente as pressões sobre as taxas de juros e abrisse caminho para a reestruturação do parque produtivo. Recomendamos a desaceleração da correção monetária para conter as forças de escalada da inflação. Propusemos uma política compensatória de emprego, que ao lado do seguro-desemprego, contribuísse para minorar em muito os efeitos perversos da crise.

“Respaldados em estudos técnicos cuidadosos, temos levado responsabilmente nossas propostas ao debate franco, aberto, democrático, com trabalhadores das cidades e dos campos, com empresários, com agricultores, com mulheres, com estudantes. Mais do que isto: em 15 de Novembro, nosso Programa foi às praças públicas e recebeu a consagração do voto popular.

“Nosso projeto ganhou, assim, respaldo nacional e hoje temos a segurança de que expressa as aspirações da consagrada maioria do povo brasileiro, que exige o progresso econômico, a justiça social e o resguardo da soberania nacional.

“Após dois anos de recessão e de desemprego, de inverdades e de mistificação, chegamos à insolvência externa. Sequer renegociamos a dívida. Cedemos simplesmente às imposições dos banqueiros internacionais, e firmamos compromissos com o Fundo Monetário, cujos termos são inaceitáveis para uma Nação soberana. O entendimento com os credores privados não foi capaz nem mesmo de garantir liquidez suficiente para o curto prazo.

“E agora, com a anuência do governo brasileiro, o Fundo Monetário e os banqueiros internacionais decretaram o conjunto de medidas que acabam de ser anunciadas.

“Quais são os resultados do pacote? Exatamente os contrários dos que se anuncia: agravamento da inflação e aumento do déficit financeiro do setor público, com conseqüências sociais desastrosas!

“Numa situação de inflação acelerada, com correção monetária e cambial indexada ao Índice Geral de Preços de todos os títulos de dívida financeira (pública e privada), as medidas isoladas de caráter fiscal e financeiro anunciadas não só não resolvem a crise financeira como agravam os desequilíbrios que supostamente querem corrigir.

“A retirada dos subsídios sobre imediatamente os preços e tem um impacto, também imediato, sobre o poder de compra dos assalariados, bem como sobre os custos de produção das empresas. Num segundo momento, rebate de forma perversa sobre o reajuste defasado e, em média, muito inferior do INPC, da folha de salários. Segue-se

nova perda do salário real e novo aumento de custos para as empresas.

“A correção monetária e cambial, pelo Índice Geral de Preços, dos títulos de dívida pública interna retidos pelas Autoridades Monetárias (cerca de 5 trilhões), e dos encargos financeiros das empresas públicas (cerca de 3 trilhões), dá como resultado final da tentativa de “ajuste do déficit” um acréscimo ainda maior no déficit global do setor público.

“Um simples exemplo dá idéia do descalabro: a retirada do subsídio do trigo, equivalente a 200 bilhões de cruzeiros, dá como resultado final um estouro no serviço da dívida de cerca de 1 trilhão, com uma estimativa (moderada e direta) de elevação de 5% do Índice Geral de Preços.

“O corte anunciado de gastos de custeio e de investimento das empresas públicas, juntamente com o que já foi aceito na reprogramação de março da Secretaria de Empresas Estatais (SEST), (depois da correção do memorandum de intenções ao FMI), representam queda global real de 30% na compra de bens e serviços do setor público. Isto aprofunda a recessão e o desemprego, com efeitos multiplicadores incalculáveis sobre o setor privado produtivo.

“Num segundo momento, significa uma perda de receita fiscal (ligada à queda no valor das vendas e dos salários de toda economia) muito superior à receita que poderia ser obtida com o aumento da carga tributária através de expedientes como os anunciados. A elevação da carga tributária, insuportável para os assalariados de classe média; já não foi capaz, nos dois anos recessivos anteriores, de manter crescente a receita real tributária.

“É preciso entender de uma vez que a origem do encilhamento financeiro, e, em particular, da bola de neve da dívida interna financeira, não se deve ao **déficit fiscal do Setor Público**.

88É preciso compreender que os 5 trilhões de “Dívida Pública” retidos pelas Autoridades Monetárias são **estéreis** e não representam nenhuma dívida real do Tesouro, nem da sociedade.

“No último ano não houve qualquer aporte líquido de recursos ao setor público. O único resultado é um aumento dos Lucros e Ganhos, patrimoniais do sistema bancário, não apenas privado, mas inclusive, pasmem, do Banco Central.

“O investimento privado vem caindo sistematicamente nos últimos anos, e só a atualização contábil do ativo imobilizado ainda dá a aparência de que o capital privado continua crescendo.

“O mesmo vale para o setor público, com a agravante de que os cortes de investimentos são, deliberados e o aumento da carga tributária é esterilizado no sorvedouro do serviço financeiro da dívida. Assim, corta-se o investimento produtivo e a renda real de toda a sociedade e, portanto, o emprego produtivo. De outro lado, agiganta-se o investimento especulativo, o patrimônio e a renda real improdutiva dos intermediários financeiros.

“Toda esta “não política” é feita a pretexto do ajustamento da **balança de pagamentos**. Aqui há de novo um duplo equívoco: a) Nem a promoção das exportações, nem a contenção necessária das importações se resolvem com o mecanismo desordenado da inflação e da recessão; b) o serviço financeiro da dívida externa não se paga em cruzeiros e uma recessão inflacionária descontrolada não ajuda a criar o clima requerido por uma reestruturação ordenada da dívida externa.

“Em resumo: O “pacote” é economicamente ineficiente e socialmente injusto. Na verdade, é mais do que isto: É o desconhecimento profundo (não do povo, nem da sociedade, mas das autoridades econômicas) da gravidade da crise que leva a formulação de políticas improvisadas e irresponsáveis. O Governo precisa capacitar-se e enfrentar a realidade. A política da dívida pública é estéril porque não capta mais recursos líquidos reais da sociedade e empresa, bancos, poupadores. Limita-se a ser um mecanismo realimentador da elevação da taxa de juros e da inflação financeira, beneficiando o sistema bancário. Mesmo com a expansão monetária e do crédito contida em limites estreitos, muito inferiores à taxa de inflação efetiva (ou esperada), mesmo com cortes drásticos nos subsídios, gastos públicos e salários, a situação inflacionária não melhora. Pelo contrário, piora.

“Assim, de nada adianta pedir sacrifícios aos assalariados, às empresas privadas e públicas, ou à sociedade em geral, quando é nos mecanismos de endividamento internos do governo, e nas relações perversas do Banco Central, com o mercado aberto de dinheiro e com os bancos internacionais, que está o “nó financeiro” e a raiz da aceleração inflacionária recente. Repetimos: só uma reforma financeira e fiscal em profundidade, só uma reestruturação da dívida externa em profundidade, só uma mudança de atitude do governo para com os credores e devedores deste país, só a ruptura com o “pragmatismo” podem desfazer o nó cego em que está amarrada a política econômica.

“Ao verdadeiro caos da política econômica de curto prazo, soma-se a falta de planejamento a médio e longo prazo, capaz de enfrentar os problemas estruturais colocados pela crise mundial e pelos desequilíbrios sociais acumulados no processo de industrialização.

“Não nos cabe aqui repetir as sugestões que temos feito. Cabe, sim, advertir, mais uma vez, que a incompreensão e a irresponsabilidade acabarão levando o país não apenas aos terríveis e inúteis sacrifícios do presente. Pior: marcharemos, de **pacote em pacote**, de recessão em recessão, para o desmantelamento de boa parte de nosso parque produtivo, para uma crise social de proporções imprevisíveis, para a alienação definitiva da soberania nacional.

“Nesta hora de justificadas apreensões, o PMDB quer reafirmar sua esperança no futuro e sua convicção democrática.

“O Brasil conta com um povo inventivo e trabalhador que, como atesta a história, soube vencer todas adversidades.

“O Brasil é um País viável, abolido o arbítrio e seu filho maldito, o modelo econômico. Temos, todas as condições de atravessar a crise mundial, tolerando sacrifícios, desde que socialmente bem distribuídos, mas sem abrir mão das perspectivas de um futuro de desenvolvimento econômico, progresso social e plena soberania nacional. Em resumo, essa é a pregação de Teotônio Vilela, expressa no Projeto Emergência, proposto ao debate.

“Para isto, no entanto, há uma condição indispensável: a plena democratização do Estado. Democratização do Estado para pôr fim à centralização das decisões que inibe a discussão dos rumos do País. Democratização do Estado para permitir que a sociedade se pronuncie de maneira inequívoca sobre a política econômica e social. Democratização do Estado para devolver a legitimidade ao poder e permitir seu controle pela sociedade. E democratização do Estado sempre quis dizer, para o PMDB, principalmente a devolução das prerrogativas ao Legislativo, restabelecimento da Federação, participação social e, sobretudo, eleições diretas em todos os níveis, especialmente para Presidente da República, como passo indispensável à convocação da Assembleia Nacional Constituinte que haverá de assentar as novas bases da vida nacional.”